

SALVAR A ACRÓPOLE

A abertura do ano lectivo 1979/80 foi assinalada no Departamento de Estudos Clássicos da FLL pela montagem de uma exposição fotográfica relativa à Acrópole de Atenas e pela projecção do filme da Unesco, SAUVER L'ACROPOLE.

Foi esta iniciativa ocasião para recordar o significado da cidadela sagrada do classicismo e bem assim para chamar a atenção para os perigos eminentes que impendem sobre tão insigne conjunto arquitectónico. A partir do guião do filme, preparado por Jehangir Bhowanagary, e de O Correio da Unesco que dedicou o número de Dezembro de 1977 ao tema A Acrópole em perigo, enumeraremos algumas das ameaças maiores.

1. Atenas do séc. V não tinha mais do que 150 000 habitantes; hoje ultrapassa os dois milhões, instalados em modernos arranha-céus, dando origem a importantes complexos industriais, fervilhando de movimento constante. Dia a dia, a paisagem urbana afasta-se mais da morfologia do terreno natural dos pontos de referência da topografia clássica e das remanescências de construção da Antiguidade. A atmosfera da Ática, famosa pela sua transparência cristalina, torna-se fumarenta, ao mesmo tempo que ondas sucessivas de turistas inundam a cidade e a Acrópole em particular.

2. Têm sido feitos estudos intensivos e pormenorizados sobre a estabilidade natural do rochedo da Acrópole e dos seus monumentos, todos eles construídos em mármore do Pentélico. A situação geral de estabilidade dos monumentos causa menos apreensão do que as fissuras provocadas pela oxidação das peças de ferro no interior das estruturas de mármore. Os Gregos da Antiguidade usavam nas suas construções pequenas cavilhas e encaixes de ferro que tornavam quase inoxidáveis recobrando-as com chumbo. Nicolau Balanos não tomou as mesmas precauções em relação às placas de aço que utilizou durante os trabalhos de restauro de 1896 a 1933. Foram usadas cavilhas e traves de aço para unir peças quebradas e apoiar vigas e capitães de mármore, como no pórtico das Cariátides do Erecteu. Ora todas essas peças enferrujaram devido à humidade de Atenas e à proximidade do mar. A ferrugem diminuiu a resistência das peças e fez também com que aumentassem de volume e quebrassem o mármore em que estavam inseridas. É necessário remover agora todas as peças de aço e substituí-las por outras de titânio, metal inoxidável em condições

naturais.

3. Outro motivo de alarme é a deterioração das superfícies de mármore e especialmente das esculturas de quase todos os monumentos da Acrópole. O mármore do Pentélico, de aspecto brilhante e de grande resistência, vai sendo corroído e está-se a desintegrar, devido principalmente ao dióxido de enxofre proveniente das descargas de fumo das fábricas e dos sistemas de aquecimento doméstico. Basta um índice mínimo de humidade atmosférica para que o dióxido de enxofre ataque as superfícies do mármore e as transforme em gesso que se dissolve e é arrastado pela água das chuvas ou se deposita com a poluição da cidade, formando crostas que racham com facilidade.

O efeito dos fenómenos naturais (vento, chuva, granizo, geada) ao longo de 24 séculos não deixa de ser sensível e impor as suas marcas.

4. Para remediar estes males, foram já propostas algumas medidas imediatas até que seja levada a efeito uma solução a longo prazo respeitante à despoluição atmosférica. O friso do Pártenon e as Cariátides já estão protegidos por abrigos provisórios de madeira e duas esculturas do frontão oeste foram temporariamente recolhidos no Museu da Acrópole e substituídas por cópias. Encontram-se também em estudo outras propostas, como a que envolve a remoção das Cariátides para salas do Museu e a sua substituição por cópias até que estejam criadas condições de protecção conveniente.

Por outro lado, foi já delimitada, em redor da Acrópole, uma zona em que é proibido utilizar óleo pesado, rico em enxofre, para evitar os inconvenientes resultantes do aquecimento doméstico que o tomava por base.

Para eliminar o desgaste causado pela passagem de milhões de turistas foi proposta a criação de pistas de terra. Igualmente está proposta uma nova disposição da rampa de acesso aos Propileus, semelhantes à que existia na Antiguidade.

Também o plano de urbanismo de Atenas tomou já algumas medidas no que toca à alteração da paisagem urbana em relação com a Acrópole. Não podem, assim, serem construídos edifícios altos perto da Acrópole, e procura-se reabrir o Peripatos, ou seja, o caminho que, na Antiguidade, dava acesso à Acrópole.

Tomou-se ainda a decisão de construir nas proximidades da Acrópole um novo Museu para expor todas as obras de arte encontradas no recinto da Acrópole, a começar por aquelas que actualmente estão amontoadas nos depósitos.

OTIUM ET PAX, EM PLÍNIO O MOÇO

Na FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, a convite do *Departamento de Línguas e Literaturas Clássicas*, o Prof. Vincenzo USSANI, da Universidade de Roma e consultor da Unesco para problemas Universitários, pronunciou, no dia 7 de Janeiro, uma conferência subordinada ao tema : *Otium et Pax em Plínio, o Moço*. Dela foi distribuído o seguinte resumo.

É conhecido a antítese entre *otium e negotium* no mundo romano antigo, entre o tempo deixado livre pelas ocupações públicas e o tempo ocupado nas actividades políticas e militares, entre o ócio e a intervenção. Mas no final da idade republicana de Cícero a Salústio, nos vinte anos que vão de 63 a 43 a.C., ainda que curto espaço de tempo, fez-se uma não pequena caminhada: a vida intelectual tornou-se uma actividade normal, não apenas uma "compensação". Com Tito Lívio, na época de Augusto, aparece superado o dramatismo, vivido antes por Cícero e Salústio, da conquista do *otium* como nova concepção de vida: o trabalho do escritor não é já um apêndice dispensável, mas uma actividade quase exclusiva que fica reservada a quem não é cortesão. Mais tarde, na época de Trajano, para Plínio o Jovem (que como T.Lívio vive num estado no qual a segurança fica confiada a um só homem, o Imperador), o *negotium* identifica-se com o *otium cum studiis*, ou mais simplesmente com os *studia*, mesmo por influência exercida pela filosofia estoica da época imperial (a Senequiana, em particular) e no âmbito do novo conceito de autonomia da literatura e da cultura. Mantém, todavia, Plínio o olhar nostálgicamente voltado para a antiga interpretação de *negotium* e simultaneamente para a antiga *libertas* garantida pelas instituições republicanas. Em certas das suas reflexões esparsas nas Cartas transparece uma discreta saudade da antiga vida política republicana, e o lamento da autocracia imperial. Quanto à justificação feita por Plínio da sua vida, do seu *negotium* e do seu *otium*, quanto à sua nota nostálgica sobre a liberdade perdida, o seu completo silêncio nos livros das Cartas sobre a *pax* imposta e assegurada pelo príncipe parece querer deixar passar talvez também uma íntima reserva pessoal frente à *pax* imperial: tudo isto sinal, parece, de uma certa preocupação e inquietação espiritual mas simultaneamente de profunda ténpera moral.

A LÍNGUA LUSITANA

A 22 de Janeiro, o Prof. António Tovar analisou, em conferência proferida na Faculdade de Letras de Lisboa, a pedido da Comissão Organizadora do III Colóquio das Línguas e Culturas Pré-Romanas da Península Ibérica, o problema da língua lusitana.

A feliz descoberta por arqueólogos portugueses da inscrição rupestre do Cabeço das Fráguas (Guarda) permitiu conhecer algo mais da língua dos Lusitanos.

Essa inscrição tem algumas palavras comuns com dois monumentos epigráficos já conhecidos de há muito: a inscrição de Lamas de Moledo (Viseu) e a de Arroyo del Puerco (Cárceres). Delimita-se assim uma área linguística que corresponde exactamente ao país dos Lusitanos, entre o Douro e o Tejo, passando um pouco ao Sul deste último rio.

A inscrição do Cabeço das Fráguas refere-se ao sacrifício de quatro animais, *oilam* (repetida em 1º e 3º lugar) *porcom*, *taurum* a outras tantas divindades, duas delas já conhecidas por outras inscrições (*Trebaruna* e *Reva*) e duas novas. Este rito, que se encontra além disso testemunhado pelo menos em dois bronzes lusitanos (um publicado por Leite de Vasconcelos e o outro num Museu de Madrid) é análogo à suovetaurilia dos Romanos, e está documentado entre outros povos indo-europeus.

Algumas palavras destas inscrições permitem conhecer particularidades da língua lusitana. Que tenhamos *porcom* (porco) com *p* como em latim diferencia esta língua do celta, onde o *p* desaparece, como vemos no nome das ilhas Orcades, Orkney. A conjunção "e" encontra-se várias vezes na forma *indi*, que corresponde ao germânico que temos no inglês *and*.

Não sabemos os limites do Lusitano. Para Leste os seus vizinhos "Vettones" (nas províncias espanholas de Salamanca e Cárceres) deviam ser muito semelhantes em língua e cultura.

No Alentejo temos bem testemunhados os "Celtici", uma poderosa tribo celta que os arqueólogos consideram, confirmando um texto de Plínio, pertencentes ao que Schùle designa por cultura do Tejo. Mas linguisticamente sabemos pouco deste país, visto que a romanização se fez cedo e apagou a língua indígena.

As perspectivas linguísticas mais interessantes encontramos-as para o Norte já que a Gallaecia Bracarensis, quer dizer aproximadamente o território português a norte do Douro, mostra numa série de inscrições que poderão ser muito afins do Lusitano.

A língua dos Lusitanos é, pode dizer-se, um antigo dialecto indo-europeu afim do Celta, mas diferente dele. Opiniões recentes apontam para uma formação tardia das grandes línguas ocidentais indo-europeias (o Celta, o Latim, o Germânico), que se impuseram muitas vezes a outras afins e as absorveram em complexos processos políticos e culturais. O facto de a Península Ibérica ser tão excêntrica em relação à área de expansão dos indo-europeus (procedentes da Europa oriental) permite descobrir algo deste processo, que noutras regiões europeias ocorreu antes de se chegarem a escrever inscrições. O exame das muitas línguas da Itália antiga confirma esta explicação para a nossa Península.

EM DEFESA DAS LÍNGUAS CLÁSSICAS NO 12º ANO DE ESCOLARIDADE

Em exposição transmitida ao Ministro da Educação e Ciência os Docentes dos Departamentos de Línguas e Literaturas Clássicas das Fac. de Letras de Coimbra e Lisboa defenderam o lugar das Línguas Clássicas no futuro 12º ano de escolaridade .

De Coimbra, com a data de 19 de Março:

"A anunciada substituição do até aqui chamado ano propedêutico por um ano de escolaridade regular, verdadeiramente merecedor desse título, é uma medida que não pode deixar de ser saudada como uma promessa de melhoria no sistema de ensino. Merecedora de aplauso é também a intenção de orientar esses estudos no sentido de uma certa especialização.

Sendo assim, os professores e assistentes de Línguas e Literaturas Clássicas da F.L. da Universidade de Coimbra consideram alarmante a notícia que, lhes chegou, de que os futuros candidatos a esta licenciatura não teriam a disciplina de Grego nesse ano, sob a alegação de ser reduzido o número de alunos da especialidade.

Entendem os subscritores desta exposição que em matéria educativa, é a qualidade e não a quantidade que deve contar. E a um sector de aprendizagem que se intitula " das Humanidades" não pode faltar a língua que antes de todas merece esse título. Aberta a todos como opção, não deve, de modo algum, estar ausente no currículo daqueles que se destinam a prosseguir o seu estudo na Universidade.

Em consequência disso, uma vez que o total de disciplinas do 12º ano é apenas de três (duas fixas e uma optativa), no caso dos alunos que se destinam a Línguas e Literaturas Clássicas, as matérias teriam de ser todas fixas: Grego, Latim e Português, de molde a abranger as três principais componentes do curso. Não será demais relembrar, mais uma vez, que os licenciados em Clássicas têm dado ao País alguns dos mais qualificados docentes da língua materna.

Quanto aos restantes cursos do sector de Humanidades, entende-se que todos aqueles que dão acesso a licenciaturas professadas nas Faculdades de Letras devem ter o Latim como cadeira obrigatória, dada a posição - chave desta língua em toda a cultura europeia. Para além do seu valor formativo em geral, não pode ignorar-se que foi ela durante muitos séculos - nalguns casos até ao séc. XVIII - o meio principal de expressão do saber, designadamente do histórico e do filosófico e até do científico. Se os estudantes que pretendem dedicar-se a estas matérias continuarem a desconhecê-la, estamos sujeitos a que num futuro não muito longínquo se tenha de assistir ao espectáculo deplorável dos próprios docentes universitários trabalharem com dados em segunda mão, por lhes estar vedado o acesso às fontes.

Numa altura em que precisamos, mais do que nunca, de nos afirmarmos como país culturalmente independente, a preparação no domínio das Humanidades, tem de ser meditada com cuidado e orientada por padrões de qualidade. É nesse sentido, que deve entender-se o nosso apelo, feito com os olhos postos no fim último que é a melhoria do ensino universitário, em que todos estamos empenhados. "

EM DEFESA DO LATIM NO ENSINO SECUNDÁRIO

Em exposição dirigida ao Ministro da Educação, com data de 24 de Julho de 1979, os Docentes de Filologia Clássica da Universidade de Coimbra chamam a atenção para os prejuízos culturais resultantes do lugar acessório atribuído ao Latim nos currículos dos últimos anos do Ensino Secundário.

"Embora tenha em alguns aspectos melhorado a estruturação do 10º e 11º anos do Ensino Secundário, o recente despacho normativo nº 135 A/79 de 5 de Junho suprime, do elenco das opções da área de Estudos Humanísticos, e sem que se vislumbre qualquer motivo compreensível, a disciplina de Latim.

Como resultado de semelhante alteração, fica o acesso a esta língua totalmente vedado aos alunos que desejem estudar duas línguas estrangeiras, quer se destinem aos ramos de História e Filosofia, quer se destinem mesmo aos ramos de Línguas e Literaturas Modernas. De facto, segundo o despacho referido, o Latim passa a figurar apenas como cadeira de formação específica, em competição com uma língua estrangeira, o que automaticamente impede a frequência de Latim (embora não do Grego) juntamente com duas línguas estrangeiras.

Se já é inconveniente que alunos de uma área que se reclama de Humanística possam sair do curso secundário sem possuírem sequer os rudimentos de uma língua que, em qualquer país de língua românica (e até não românica) é considerada base indispensável aos vários ramos humanísticos (Filosofia, História, etc.), mais grave ainda nos parece que alunos que se destinam a frequentar na Faculdade Línguas e Literaturas Modernas com, pelo menos, uma língua românica, se vejam materialmente impossibilitados de obter com a cadeira de Latim, mesmo em regime de opção, uma preparação linguística e culturalmente mais adequada.

É certo que a supressão do Latim do elenco das opções não faz mais do que sublinhar a grave falha de estruturação que presidiu ao planeamento do 10º e do 11º anos. Como compreender que futuros professores de Português, nos ramos de Português - Inglês ou de Português - Alemão possam ser dispensados, quer no Curso Superior quer no Secundário, do estudo do Latim? Como assegurar, por outro lado, uma preparação geral mais eficiente nos ramos de História e de Filosofia, sem a obrigatoriedade desta língua - o que levará, na me

Ihor das hipóteses, a uma limitação ainda mais notória dos nossos investigadores de História e de Filosofia Medieval ?

Também a cultura do nosso Século de Ouro corre deste modo o risco de ficar exclusivamente entregue a especialistas estrangeiros, se não tivermos latinistas devidamente treinados.

Por todas estas considerações, e outras que, por brevidade, omitimos, nos parece que a situação do Latim deverá ser urgentemente revista pelo Ministério, a fim de se evitarem, a curto e a longo prazo, prejuízos culturais ainda mais consideráveis".

CURSO INTENSIVO DE CODICOLOGIA E ILUMINURA

1. De 17 a 28 de Março de 1980, realizou-se nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa e na Biblioteca Nacional um Curso de Codicologia e Iluminura. Foi, promovido pelo Departamento de Estudos Clássicos, orientado pelo Prof. Léon Gilissen (Maître de Conférences da Univ. de Liège e Conservador de Manuscritos da Biblioteca Real Albert I da Bruxelas) para a parte de Codicologia e pelo Prof. Antoine De Schryver (da Universidade de Gand) para a parte de Iluminura, e secretariado pelo Prof. Aires A. Nascimento.

Inscreeveu-se este Curso no âmbito dos Acordos Culturais luso-belgas para o ano 1980, tendo sido apoiado pelo Ministério da Educação e Ciência (a través do Gabinete de Relações Internacionais), e pela Embaixada da Bélgica. Haverá que salientar igualmente a compreensão e o interesse manifestado relativamente a esta iniciativa pela Faculdade de Letras, nomeadamente pelo Conselho Científico e Conselho Directivo, e pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

2. Os programas do Curso compreendiam:

1) CODICOLOGIA (Prof. Léon GILISSEN):

a) MANHÃ: exposição teórica (5 lições, de cerca de 2,30 h., cada uma)

1. Estrutura do manuscrito e codicologia
2. Paleografia e Codicologia
3. Construção do caderno de pergaminho
4. Empaginação dos manuscritos
5. Elementos da escrita

b) TARDE: sessões de Seminário na Biblioteca Nacional, com exame dos manuscritos do Fundo de Alcobaça (5 sessões de cerca de 2,30 h., cada uma).

2) ILUMINURA (Prof. Antoine de Schryver):

a) MANHÃ: exposição teórica (5 lições de cerca de 2,30 h., cada):

A ILUMINURA DOS MANUSCRITOS EM FRANÇA E NOS ANTIGOS PAÍSES
BAIXOS, NO FIM DA EPOCA GÓTICA

1. Elementos decorativos do programa de iluminura. Sua evolução. Utilidade da sua análise para o estudo dos manuscritos.
2. A elaboração da ilustração do texto. As modalidades e as etapas da sua execução.
3. Questões de estilo e de atribuição.

Para um destes pontos foi tratado com ilustração de abundantes exemplos significativos.

b) TARDE: sessões de seminário, na Biblioteca Nacional, com exame de manuscritos iluminados dos Fundos aí existentes. No dia 26.3, a sessão foi preenchida com trabalho na Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

3. Ao promover este Curso intensivo de Codicologia e Iluminura, tínhamos consciência do seu interesse para sectores diversos do meio cultural português. Por isso, embora pretendessemos que se situasse a um nível de pós-graduação, e estivesse como tal directamente voltado para candidatos da Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, já que era desta que partia a iniciativa e os encargos do mesmo, abriram-se inscrições para outras candidaturas, numa proporção de 60 % para a FLL e 40 % para outros, num número máximo estimado de 25 participantes.

Integraram efectivamente o Curso 15 elementos da FLL, 6 de BNL, 2 do ANTT, 2 da Universidade de Santiago de Compostela, 1 da Universidade Católica Portuguesa, 1 da Universidade Nova de Lisboa. Tomaram ainda eventualmente parte em algumas sessões outros elementos quer da FLL quer de outras proveniências.

A presença de participantes de vários sectores, como os enunciados, permitiu uma colaboração interdisciplinar que não poderá ser esquecida e consentiu também o intercâmbio de experiências que pode considerar-se enriquecedor e ponto de partida para ulterior colaboração.

Os participantes tiveram, além disso, ocasião de individualmente apresentarem aos orientadores do Curso as questões que julgaram mais pertinentes no âmbito de investigações que se encontravam a realizar.

4. Entendem os participantes deste Curso de Codicologia e Iluminura apresentar às entidades que promoveram e apoiaram esta iniciativa as seguintes conclusões finais:

1) Manifestam a sua satisfação e reconhecimento pela oportunidade que este curso lhes proporcionou de trabalharem com especialistas tão renomados como Léon Gilissen e Antoine De Schryver em domínios a que de há algum tempo se vinham dedicando e de que não há especialistas em Portugal. Felicitam o Departamento de Estudos Clássicos da FLL por esta iniciativa e exprimem o seu desejo de que iniciativas do mesmo género (neste e noutros domínios) sejam promovidas regularmente.

2) Houve, oportunidade, no decurso de quinze dias, ao longo de exposições teóricas e sessões de seminário, de tomar consciência (mais uma vez, e agora de forma nova e mais explícita, através do trabalho com especialistas) do valor inestimável dos Fundos de Manuscritos das Bibliotecas Portuguesas, tendo se debruçado particularmente sobre o Fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional.

3) Consideram os participantes no Curso que esta iniciativa contribuiu para lhes proporcionar uma linguagem e uma metodologia de análise comuns, susceptíveis de gerar de imediato um trabalho conjunto que responda e integre os vários interesses com que se partiu para este curso.

4) Tomando uma vez mais consciência do valor real do Património Cultural constituído pelos Fundos das nossas Bibliotecas e Arquivos e bem assim das deficiências no seu tratamento, consideram esses mesmos participantes ser imprescindível dar continuidade ao trabalho agora começado e por isso entendem dever constituir um grupo de estudo orientado para a pesquisa da história escrita e do livro, dentro de um âmbito cultural alargado e interdisciplinar, em que sejam contemplados os problemas filológicos, linguísticos, literários, arqueológicos (paleografia, codicologia, diplomática, bibliografia material), artísticos, editoriais, culturais e históricos que tal investigação implica.

5) Tal GRUPO DE ESTUDOS DA ESCRITA E DO LIVRO (GEEL) trabalhará em coordenação com a Faculdade de Letras de Lisboa e seus órgãos representativos, e procurará integrar elementos dos vários sectores culturais interessados nesses domínios (Universidades, Bibliotecas, Arquivos, etc.), como forma de serviço da Universidade à comunidade e de intercâmbio entre ambas.

6) Sendo a Idade Média um ponto de convergência e de irradiação de muitos dos problemas postos pela Escrita e pelo Livro, entendem os participantes deste Curso de Codicologia e Iluminura que o Grupo de Estudos da Escrita e do Livro, uma vez assegurado o seu funcionamento, poderá integrar-se num futuro Instituto de Estudos Medievais.

7) O Grupo de Estudos da Escrita e do Livro propõe-se apoiar (tanto bibliograficamente, logo que seja possível constituir uma biblioteca adequada e recolher documentação conveniente, como cientificamente, pela discussão de problemas em comum) qualquer investigação que se pretenda fazer nos domínios compreendidos pela sua própria designação. Interessar-se-á particularmente pela coordenação de actividades e investigações que em tais domínios se inscrevam em cursos de pós-graduação no âmbito de Estudos Medievais e oferecerá a sua colaboração a um novo Curso de Bibliotecários e Arquivistas que responda às exigências do saber actual quanto à ciência do livro, nas suas diversas formas.

8) Esse mesmo Grupo assumirá como tarefa e objectivo a organização de um CATALOGO DE MANUSCRITOS DAS BIBLIOTECAS PORTUGUESAS, em moldes actualizados, e bem assim outros instrumentos de trabalho como ALBUNS DE PALEOGRAFIA e EDIÇÕES DE TEXTOS criticamente estabelecidos.

9) Procurará estabelecer relações com Centros de Estudo que, em Portugal ou no estrangeiro, se dediquem a tarefas semelhantes e criar possibilidades, através dos organismos e entidades competentes, para intercâmbio de pessoas e experiências.

10) O GEEL terá um Secretariado executivo e académico que coordenará as diversas actividades e se responsabilizará perante os órgãos competentes pelo nível científico dessas mesmas actividades.

De Lisboa, com a data de 20 de Março:

1º Os docentes investigadores do Departamento de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, tendo tido conhecimento de que se projecta não incluir o Grego no elenco das disciplinas do 12º ano de escolaridade, vêm respeitosamente pedir a atenção de Vossa Excelência o seguinte:

1º Os preparatórios de Grego são tão indispensáveis aos candidatos à matrícula em Filologia Clássica na Universidade como os de Latim, devendo juntamente com estes, constituir as duas disciplinas obrigatórias, nucleares, para o acesso à matrícula no ensino superior na referida especialidade.

2º Os preparatórios de Grego são aconselháveis como opção aos candidatos à matrícula em todos os outros cursos filológicos e bem assim nos de História e Filosofia das Faculdades de Letras, como acontece em todos os Países civilizados.

3º Havendo Grego no 10º e 11º anos de escolaridade, excluído no 12º cria entre os estudos pré-universitários e os universitários um hiato anti-pedagógico e desmotivante, com a duração de um ano escolar, além de cercear o tempo necessário à assimilação de um idioma rico e difícil.

4º A projectada exclusão que se baseia em motivos meramente pragmáticos, como o facto de a disciplina ser em geral frequentada por um número reduzido de alunos, admite implicitamente que os estudantes podem vir a ser discriminados:

a) em maiorias, que têm o direito de frequentarem currículos pedagógica e cientificamente bem estruturados e articulados com os do ensino superior;

b) em minorias que terão de pagar a sua opção pelo estudo de uma cultura em que radica a cultura europeia (e que da Europa irradiou para todos os continentes), sujeitando-se a um currículo escolar mal estruturado, com tempo insuficiente, e desarticulado com o do ensino superior, ao qual, no entanto, se destina a servir de preparatório.

5º A legislação, que nos últimos anos vem desincentivando e dificultando, por vários modos e repetidamente, o estudo e a profissionalização dos filólogos clássicos, pode conduzir, se não for corrigida a tempo por uma política esclarecida, à extinção em Portugal dos estudos clássicos, por falta de estímulos e pela conseqüente impossibilidade de renovar os respectivos quadros de docentes e investigadores

Certos de que Vossa Excelência não deixará de ponderar as considerações que nos julgamos no dever de expor, aguardamos uma intervenção de Vossa Excelência em tempo útil junto do *Secretariado permanente para o ramo pré-universitário*, criado pelo Despacho 45/80 do MEC com vista ao lançamento do 12º ano de escolaridade e à correlativa reorganização do ensino secundário complementar. "